



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COMARCA	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA
UNIDADE INSPECIONADA	JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO CIVEL E CRIMINAL
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	CÍVEL E CRIMINAL
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	03 e 04/05/2023 – EDITAL 006/2023-CGJ, DJ 24/04/2023;
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz Titular
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	TIARA GUEDES AIRES Analista Judiciário CGJ





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO, juiz titular, desde 21.11.2022.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

- a. Férias: 09/01/2023 A 28/01/2023.
- b. Folgas compensatórias: Não.
- c. Licenças: Não.

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Prejudicado. Juizado Especial Adjunto.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Nenhum expediente

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Março de 2023

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	07
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários/as	00
Terceirizados/as	00

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	01
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários(as)	00
Terceirizados(as)	00

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Não

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Através do Painel de Gestão de Atividades

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Através do Painel de Gestão de Atividades. Não há plano de ação.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não. Eventuais problemas são comunicados através da Vara Única.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 02/05/2023

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	488	488
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	10	11
Total do acervo com prioridade	70	70
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	48	48
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	211	134
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	45	45
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	25	25

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
---------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos distribuídos e redistribuídos	145
Total de processos julgados	92
Total de processos baixados definitivamente do acervo	172

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	138
Despachos	151
Sentenças com resolução de mérito	240
Sentenças sem resolução de mérito	76
Audiências realizadas	20

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

NÃO

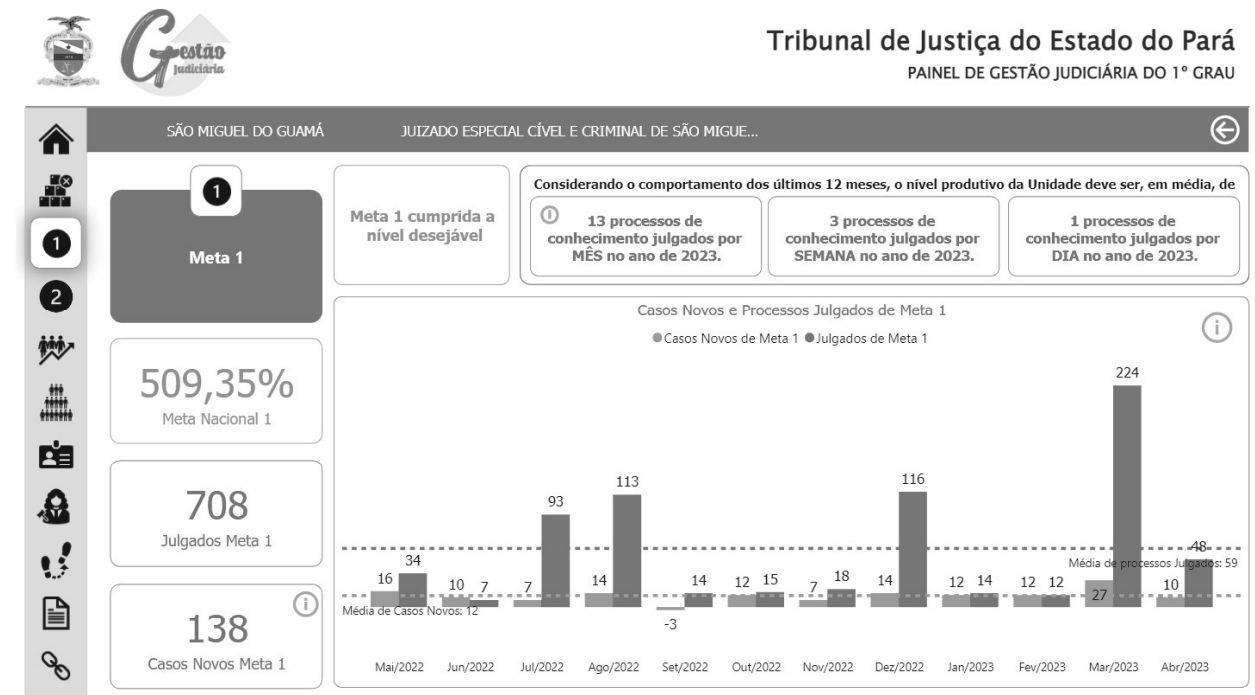
5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

Quem realiza o controle dos Índices é o magistrado

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. () Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (X) Movimentação processual;
- d. (X) Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. () Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. (X) controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Em consulta ao Painel de Gestão Judiciária e ao sistema PJE, a CGJ verificou os seguintes processos que se encontravam suspensos e retomaram o andamento sem observância à nota técnica do DPGE (Ofício Circular 048/2022-CGJ):

- 0000964-36.2015.814.0055
- 0000797-53.2014.814.0301 (arquivado)
- 0001043-78.2016.814.0055
- 0001468-45.2015.814.0055
- 0008694-93.2018.814.0055 (arquivado)
- 0113478-29.2015.814.055



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 0158473-30.2015.814.0055
- 0800072-26.2017.814.0055
- 0800162-63.2019.814.0055
- 0801057-53.2021.814.0055
- 0801075-74.2021.814.0055

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	
00007975320148140055	2014	LIBRA	278	Termo Circunstanciado	3386 - Leve
00009643620158140055	2015	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	7779 - Indeniz
00010437820168140055	2016	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	10671 - Obrig
00014684220158140055	2015	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	7779 - Indeniz
00086949320188140055	2018	LIBRA	278	Termo Circunstanciado	9914 - Contr
01134782920158140055	2015	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	7779 - Indeniz
01584733020158140055	2015	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	7779 - Indeniz
08000722620178140055	2017	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	1156 - DIRETO
08001626320198140055	2019	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	10439 - Indeni
08010575320218140055	2021	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	1156 - DIRETO Energia Elétric
08010757420218140055	2021	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	10433 - Indeni por Dano Mat

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Prejudicado, em razão da competência.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer natureza de comunicação?

A verificação dos dados é feita sempre que é realizado algum cumprimento ou movimentação no processo.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Unidade não informou.

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Prejudicado, em razão da competência

6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Prejudicado, em razão da competência (turma recursal).

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Nenhum

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

58

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Sim, 48 processos.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Sim

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Não

7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.

Não há mandados com prazo extrapolado pendentes de cumprimento

7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

40 dias

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Não havia processo nessa situação, na data de inspeção.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Não havia processo nessa situação, na data de inspeção.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

no mês de março foram realizadas 10 audiências semi-presenciais, na maioria delas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

os advogados da partes requerem audiências virtuais

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

12

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim, 45 processos

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado, em razão da competência

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado, em razão da competência

8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado, em razão da competência

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Prejudicado, em razão da competência

8.8. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Prejudicado, em razão da competência

8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado, em razão da competência

8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado, em razão da competência

8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado, em razão da competência

8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado, em razão da competência

8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Sim

8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim

8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA *(gestão judiciária)?*

Não

8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? *(gestão judiciária)?*

A Meta 2 Nacional está cumprida

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. Movimentação processual;
- d. Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. controle dos prazos e imediata certificação;
- h. Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Prejudicado, em razão da competência

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Realiza atendimento presencial e virtual

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

Prejudicado, em razão da competência

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Prejudicado, em razão da competência

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

Prejudicado, em razão da competência

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? *(Anexar cópia do último relatório)*

Prejudicado, em razão da competência

10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? *– (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

Prejudicado, em razão da competência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Prejudicado, em razão da competência

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Prejudicado, em razão da competência

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Prejudicado, em razão da competência

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Prejudicado, em razão da competência

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

A unidade não soube informar a data

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

A unidade não soube informar a data

12. EXECUÇÃO PENAL:

PREJUDICADO EM RAZÃO DA COMPETENCIA - JUIZADO

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Prejudicado, em razão da competência

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Prejudicado, em razão da competência

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

12

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Prejudicado, em razão da competência

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

PREJUDICADO EM RAZÃO DA COMPETENCIA - JUIZADO

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:

Referente ao ano 2020 – PJEcor 0002417-98.2021

15.2. Data da última correção realizada pela Corregedoria?

Ano 2017

15.3. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

Não consta

São Miguel-PA, conforme assinatura.

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.06.27 14:35:10 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

Documento assinado digitalmente
gov.br TIARA GUEDES AIRES
Data: 29/06/2023 16:45:56-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

TIARA GUEDES AIRES
Analista da CGJ